

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): NO
CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DO RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Vera Regina da Silva Serpa

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE):
NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DO RS**

Por

Vera Regina da Silva Serpa

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional.**

Orientador: Clóvis Renan Jacques Guterres

Santa Maria, RS, Brasil
2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização

**EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): NO CONTEXTO DE
UMA ESCOLA DO INTERIOR DO RS**

Elaborada por

Vera Regina da Silva Serpa

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Gestão Educacional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Clóvis Renan Jaques Guterres, Dr.

(Presidente/Orientador)

Prof^a. Glades Félix, Dr^a. (UFSM)

Prof. Celso Henz, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 02 de março de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a família, em especial meus filhos, Rodrigo e Luciele, e também a Ieda Maria de Almeida, diretora da escola, gestão 2005/2009 pela confiança e apoio nas horas difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, a minha família, aos professores do Curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM.

Em especial ao professor Clóvis Guterres, pela paciência e boa vontade na orientação deste trabalho.

Agradeço aos colegas e amigos que fizeram parte da minha vida pessoal e profissional e me ajudaram nessa caminhada.

A TODOS MUITO OBRIGADA!

“educar-se é um processo que se dá em um contexto histórico, político, ideológico. Enfim, é um processo permeado pela cultura de um tempo e de um lugar. Por outro lado, sabemos que as relações entre os seres vivos em geral, e entre os seres humanos em particular, é uma troca de significados e de experiências”.

Paulo Freire (1985)

RESUMO

Universidade Federal de Santa Maria
Especialização em Gestão Educacional
Monografia de Especialização

EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DO RS

AUTORA: VERA REGINA DA SILVA SERPA
ORIENTADOR: CLÓVIS RENAN JACQUES GUTERRES
Data e local da Defesa: Santa Maria, 02 de março de 2011.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em abril de 2007, pelo governo federal, pretende ser um instrumento de política pública indutor na elevação da qualidade na educação básica, por meio de uma articulação entre os sistemas federal, estaduais e municipais de ensino. Desvendar as interrogações que o PDE apresenta é o um grande desafio. Nessa perspectiva, é necessário entendermos o Plano Nacional da Educação (PNE) e conhecermos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), construído a partir de dados recolhidos no Censo Escolar. Com base nisso, este trabalho tem como objetivo analisar a experiência da implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação no contexto da Escola, no município de Dilermando de Aguiar. A partir da experiência de estar na vice-direção da escola e posteriormente na presidência do Conselho Escolar no período que a escola recebeu verbas do PDE, desencadeou-se o seguinte problema de pesquisa: quais as implicações e desafios da implantação do PDE-ESCOLA no contexto escolar, e quais as ações implantadas pela escola para atingir os objetivos propostos. Para isso, esse estudo baseou-se em documentos fornecidos pela escola, documentos disponíveis na página do MEC e participação nas reuniões pedagógicas que abordaram esse tema. Por fim, conclui-se que o PDE não é propriamente um plano e sim, um programa, sendo que na escola analisada apresentou como pontos positivos: a melhoria na infra-estrutura e como pontos negativos: falha na formação e qualificação dos educadores. No entanto, a escola superou as metas projetadas.

Palavras chaves: Plano de Desenvolvimento da Educação; Conselhos Escolares; Plano Nacional de Educação; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

ABSTRACT

Federal Universidad de Santa Maria
Specialization in Management Educational
Monograph Specialization

EXPERIENCE THE IMPLEMENTATION OF EDUCATION DEVELOPING PLAN (PDE): IN THE CONTEXT OF A SCHOOL OF INTERIOR RS

AUTHOR: VERA REGINA DA SILVA SERPA
COACH: JACQUES GUTERRES CLÓVIS RENAN
Date and place of Defense: Santa Maria, 2 March 2011.

The Development Plan (PDE) launched in April 2007, the federal government, aims to be an instrument of public policy arena to increase quality in basic education, through an articulation between the federal, state and municipal education . Uncover the questions which the PDE is presents a great challenge. From this perspective, it is necessary to understand the National Education (PNE) and knowing the index of Basic Education Development (IDEB), constructed from data collected in School Census. Based on this, this paper aims to examine the experience of implementation of the Education Development Plan in the context of the State School High School, the city of Dilermando de Aguiar. From the experience of being in the vice-director of the school and later as president of the School Board in the period that the school received funding from the PDE, broke out the following research problem: what are the implications and challenges of implementation of the PDE-SCHOOL school context, and what actions the school implemented to achieve those goals. Therefore, this study was based on documents provided by the school, documents available on the MEC and educational participation in meetings that have addressed this issue. Finally, we conclude that the PDE is not really a plan but a program, and the school had considered as positive: an improvement in infrastructure and as weaknesses: a failure in training and qualification of teachers. However, the school exceeded the projected targets.

Keywords: Development Plan for Education, School Boards, the National Education Plan, Index of Basic Education Development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização do tema.....	10
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 Justificativa.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRIC	15
2.1 Políticas públicas no contexto educacional	15
2.2 Plano Nacional de Educação (PNE)	19
2.3 Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	21
2.3.1 Documentos que fundamentam o PDE	22
2.3.2 PDE- escola.....	23
2.4 A política educacional articulada com a gestão escolar e Conselho Escolar	24
2.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	25
3. METODOLOGIA	28
4. AÇÕES DESENVOLVIDAS NA ESCOLA	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – RESULTADOS E METAS DO IDEB.....	46
ANEXO B – AMOSTRA DE PLANO DE SUPORTESTRATÉGICO 2008.....	47
- AMOSTRA DE PLANO DE AÇÃO 2008.....	48
ANEXO C – AMOSTRA DE PLANO DE SUPORTESTRATÉGICO 2009.....	49
- AMOSTRA DO PLANO DE AÇÃO 2009.....	50

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do tema

O tema proposto nesse trabalho é instigante, desvendar as interrogações que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresenta será de grande relevância para os agentes inseridos no contexto educacional. Para isso é necessário que se faça um estudo mais aprofundado das Políticas Educacionais do MEC. Este trabalho tem como base a discussão e análise dos pontos positivos e negativos da implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em comparação as políticas do Plano Nacional de Educação (PNE), implicações e desafios da adesão ao PDE, em uma escola do interior do Rio Grande do Sul.

O PNE pretende definir as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação e tem duração de dez anos. Em síntese, o Plano tem como objetivos a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar em Conselhos Escolares ou colegiados.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em abril de 2007, pelo governo federal, vem a ser um instrumento de política pública indutor da elevação da qualidade da educação pública brasileira, por meio de uma articulação entre os sistemas federal, estaduais e municipais de ensino. Estruturado em mais de 40 ações e programas, o PDE consiste em um enorme desafio não apenas para sua implantação, mas também para seu monitoramento.

A escola observada foi contemplada com os seguintes programas: PROINFO, Plano de metas do PDE (IDEB), Provinha Brasil, Biblioteca na escola, Educacenso.

O grande desafio da implantação desse Plano é antes de tudo garantir uma participação efetiva da comunidade escolar, desde o planejamento a execução das ações propostas. No entanto isso não acontece, a comunidade escolar nem sempre é chamada a participar desse processo. Isso nos faz refletir, a partir de uma visão crítica com o olhar nas diferentes práticas educacionais existentes. Desse modo devemos ter claro o modelo de gestão que queremos.

A participação da comunidade escolar é um dos grandes desafios da gestão democrática, fortalecer os Conselhos Escolares pode garantir uma participação ativa e consciente dos pais, alunos, professores e funcionários da escola. Entretanto, será que essa participação realmente interessa aos gestores e ao Sistema Educacional? No decorrer do trabalho faremos uma breve análise dos Conselhos Escolares.

Diante da lógica do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) se faz necessário atenção as leis que regulam a estrutura educacional brasileira e o sistema político norteador das seguintes leis: (Lei 9.394/96, LDB; EC 14 e a Lei 9.424/96). Com isso abre-se o debate sobre a avaliação educacional e o Plano Nacional de Educação (PNE). O fato mais preocupante sobre este aspecto advém da força da parceria do Estado com a organização *Todos pela Educação*, tendo como referência o método e a concepção de empresas, explícitos no PDE, como veremos mais adiante.

Aqui no estado do Rio Grande do Sul a parceria com a organização *Todos pela Educação* serve de sustentação para o PDE. Ou seja, essa política empresarial desobriga o Estado dos investimentos necessários a uma educação de qualidade e impõe metas a serem alcançadas. Cabe-nos investigar se o caráter avaliativo por mérito está presente nas políticas pública implementadas nesse plano? A avaliação é de suma importância, pois é preciso acompanhar todas as etapas de desenvolvimento do processo educacional. No entanto, a preocupação com a maneira de avaliar baseia-se nos princípios da igualdade de condições, e não em prejuízo dos que estão em situação de desvantagem, sobretudo questiona-se os métodos controversos de avaliação. Neste sentido faz-se necessário conhecermos o Índice de Desenvolvimento da educação Básica (IDEB) que é usado para medir o grau de conhecimento dos alunos. Ao longo do trabalho desenvolveremos melhor esse tema.

Assim, a partir da experiência de estar na vice-direção da escola e posteriormente na presidência do Conselho Escolar no período que a escola recebeu verbas do PDE desencadeou-se o seguinte problema de pesquisa: quais as implicações e desafios da implantação do PDE-ESCOLA no contexto escolar, e quais os métodos usados para atingir os objetivos desse plano.

1.1 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar a implantação e execução do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) na Escola Estadual de Ensino Médio Rocha Vieira no município de Dilermando de Aguiar (RS) 2008/2009.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a implantação e execução do PDE como política educacional articulada com a gestão escolar e Conselhos Escolares.
- Analisar as políticas do PDE em comparação às políticas do Plano Nacional de Educação (PNE).
- Analisar os métodos do PDE para a avaliação educacional a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (IDEB).

1.2 Justificativa

É dever do Estado a condução das Políticas Públicas voltadas ao social e a garantia de plena execução; nesse sentido, destacamos: o papel estratégico da educação no projeto de desenvolvimento para o país. O Estado deve promover o desenvolvimento sustentável, democrático e comprometido com os direitos básicos da população. Um Estado em que o social seja a base para o crescimento, com vistas à distribuição de renda e à justiça; que estabeleça espaços institucionais em conjunto com a sociedade, apostando no seu fortalecimento e na busca de um novo modelo de sociedade.

Discutir esses mecanismos de forma aberta e compromissada é um constante desafio para aqueles que estão preocupados com uma educação de qualidade. Acompanhar a forma que as ações do PDE são implementadas nas escolas é obrigação da comunidade escolar, e para isso, é preciso ter um Conselho Escolar atuante, participativo e esclarecido das políticas educacionais que pairam em nossas escolas. Assim, investigar sobre a execução das ações do Plano de desenvolvimento da Educação (PDE), nos permitirá saber até que ponto a política

educacional se articula com a Gestão Escolar e Conselhos Escolares. Com isso pretende-se descobrir se os métodos do PDE realmente contribuem para a melhoria da educação básica.

Esse trabalho tem como base a discussão e análise das políticas do PDE em comparação as políticas do Plano Nacional de Educação (PNE). Desse modo, é fundamental que a comunidade escolar conheça essa política e suas ações, pois se corre o risco de que a equipe diretiva da escola assuma sozinha a implantação e execução desse plano. Nessa lógica os princípios que norteiam a busca de uma educação de qualidade, voltada para o social estão presentes nas políticas públicas e também na gestão escolar que deve primar pela democracia participativa, e fazer disso uma política de gestão.

Assim, o processo de avaliação é importante para diagnosticar os problemas que impedem a melhoria da qualidade do ensino; o IDEB serve como uma bússola para o gestor e a comunidade escolar. Porém, ao restringir elementos que integram ou interagem com os conceitos de qualidade na educação, qualquer processo avaliativo apresentará deficiências. Um exemplo prático refere-se às avaliações de alunos, predominantemente quantitativas, que não consideram o conjunto de saberes, habilidades e valores construídos no ambiente escolar, avaliando somente os conhecimentos nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Desse modo, é fundamental a existência de uma integração entre as políticas educacionais, gestão escolar, conselhos escolares, de modo que a democracia participativa se faça presente no cotidiano escolar valorizando o conjunto dos saberes característicos de cada região. A maioria dos alunos que frequentam o Ensino Médio da Escola X, mora na zona rural e são filhos de pequenos agricultores.

A população de Dilermando de Aguiar concentra-se em sua maioria na zona rural, (2.073 habitantes). Na zona urbana a população é minoria (991 habitantes), totalizando 3.064 habitantes.

Segundo o censo 2010 os 3.064 habitantes dividem-se em 1.579 homens e 1.485 mulheres. Ou seja, a diferença entre homens e mulher é muito pequena. Foi em 1995 que começou o movimento para a emancipação de Dilermando de Aguiar, com a realização de uma assembleia com moradores do Distrito na qual foi constituída a Comissão de Emancipação. No dia 22 de outubro do mesmo ano é realizado o Plebiscito, e a população vota a favor da Emancipação. E em 28 de dezembro é assinada a Lei nº 10.633, que cria o

Município de Dilermando de Aguiar. A primeira eleição para a escolha de Prefeito e Vereadores municipais foi em 3 de outubro de 1996.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas no contexto educacional

Nesta parte do trabalho será apresentado um resgate histórico das políticas públicas com ênfase no contexto educacional. Para isso é necessário compreender de que forma essas políticas estão inseridas neste contexto e qual modelo de gerenciamento está sendo seguido pelo Estado. Este estudo será usado como fundamentação para análise que faremos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A educação tem papel estratégico no projeto de desenvolvimento sustentável para o país. Portanto devemos reiterar a necessidade de abrirmos, nas esferas federal, estadual e municipal, um amplo debate sobre o Sistema Nacional de Educação. Visto que, as políticas públicas estão inseridas em um contexto macro, tanto político como econômico. Embora tenham surgido diversas teorias com o intuito de qualificar a educação, sabemos que o ensino público em nosso país é deficiente e mantém um caráter elitista, longe da realidade da maioria do cidadão brasileiro. À escola cabe gerar condições para transformar o homem, através da educação que se constitui em um instrumento de transformação do homem a ser construído e para que tipo de sociedade ele seja criado. O papel da escola é ampliar horizontes, desenvolver o senso crítico, político e emancipador do indivíduo, para que este, seja um cidadão pleno em uma sociedade mais justa e igualitária.

Os princípios e fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) dizem que:

Na sociedade democrática, ao contrário do que ocorre nos regimes autoritários, processo educacional não pode ser instrumento para a imposição, por parte do governo, de um projeto de sociedade e de nação. E sim, deve ser resultado de um processo democrático e amplo na construção de políticas voltadas para o social. (PCNs, 1997, p. 33).

O PDE pode tornar-se um importante caminho para que o processo democrático venha fazer parte no contexto educacional. Desenvolver o PDE na escola implica no envolvimento da comunidade escolar, participando no plano de ações e decidindo quais serão implementadas pela escola. Discutir esse mecanismo de forma aberta e compromissada é um constante desafio para aqueles que estão preocupados com uma educação de qualidade.

Entretanto os novos paradigmas assumidos pelo Estado não estão fundamentados nos quatro pilares da educação e sim, em um governo de resultados, com metas a serem atingidas, que garanta a obtenção dos resultados esperados.

Segundo Delors (1998, p.89) “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele”. Nessa perspectiva, é importante acompanharmos as mudanças de paradigmas que ocorreram na educação a partir do Compromisso de Dakar.

Após os dez anos da Conferência de Educação para Todos organizada pela UNESCO em Jomtien, na Tailândia, em 1990, realizou-se em Dakar, Senegal, em 2000, o Fórum de Educação para Todos com a participação de 164 países. Neste Fórum firmou-se o chamado Compromisso de Dakar, estabelecendo metas a serem cumpridas até 2015 pelos países participantes.

As metas a serem cumpridas, entre outras, são: expandir significativamente as oportunidades educacionais para as crianças, jovens e adultos até 2015. Reconhecendo que as desigualdades educacionais não poderiam passar despercebidas, comprometeram-se com a efetiva inclusão dos que estavam em desvantagem, entre eles as mulheres, os mais pobres, os mais vulneráveis e outros grupos socialmente desfavorecidos.

O compromisso foi expresso em seis objetivos no chamado Marco de Ação de Educação para Todos (EPT):

1. Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para a primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência.
2. Assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade.
3. Assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todos os jovens e adultos através de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida.
4. Alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos.

5. Eliminar, até 2005, as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, igualdade de gêneros na educação, visando principalmente garantir que as meninas tenham acesso pleno e igualitário, bem como bom desempenho, no ensino primário de boa qualidade.

6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de forma que resultados de aprendizagem sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização lingüística e matemática e na capacitação essencial para a vida.

A questão da qualidade vem ganhando espaço significativo nas agendas dos governos nacionais, parceiros internacionais, autoridades escolares e pais. Todavia, os problemas de baixo desempenho, repetência, insuficiência da duração do tempo na escola, disparidades nos resultados de aprendizagem, mostra as desigualdades sociais, étnicas e culturais da população desfavorecida.

Nesse contexto, há necessidade urgente de ampliação do número de profissionais habilitados, formação continuada, salários dignos, melhores condições de trabalho, maior integração com a comunidade, etc. Pois, os investimentos na educação devem ser pensados como um todo, no mínimo, condizentes com as necessidades básicas e estruturais dos agentes inseridos nesse contexto educacional.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional diz em seu artigo 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Essa lei tem como principais fundamentos: princípios democráticos e descentralizados, ou seja, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma participativa e não hierarquizada. Todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão: professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, e toda a comunidade. Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

A medida que a sociedade estiver esclarecida de seu papel no contexto educacional, teremos uma educação voltada para as necessidades concretas da população, mas não podemos eximir os governos da responsabilidade com a educação. Pois, a responsabilidade da Organização da Educação Nacional é do Estado, segundo o que diz o artigo 8º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB): Art. 8º. “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”. As políticas educacionais não devem servir apenas aos interesses dos governos e sim a melhoria da qualidade de vida da população. Só a educação pode transformar o indivíduo de forma igualitária e permanente em sujeitos críticos e conscientes de seus direitos.

Portanto, devemos primar por uma gestão deocrática e participativa em nossas escolas. A Gestão Democrática é formada por alguns componentes básicos: Constituição do Conselho escolar; Elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa; definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola, relações interpessoais entre professores, estudantes, equipe diretiva, eleição direta para diretor(a) e também enfoque nos conteúdos programáticos.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) não foi elaborado a partir de avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. O Plano aprovado pelo Congresso foi elaborado pelo governo Fernando Henrique, o qual previa em suas disposições transitórias, formas de avaliação contínua e periódica. Não há dúvida, de que é necessário utilizar indicadores que possam nos orientar a respeito de como está se desenvolvendo a educação. No entanto, na “Provinha Brasil” o aluno será avaliado pelo seu desempenho nas áreas específicas de Língua Portuguesa e Matemática.

Partindo desse pressuposto não está sendo avaliado o comportamento ético dos estudantes e tão pouco se leva em consideração a visão que eles estão adquirindo do mundo, cada vez mais globalizado. Sem contar com o nível de desenvolvimento cultural, histórico, social que fazem parte, com certeza, do desenvolvimento e da construção do conhecimento de nossas crianças e jovens.

Ao final desse trabalho apresentaremos as conclusões pertinentes de nossa análise, indicando se houve melhoria no rendimento escolar ou não. Para isso, precisamos sintetizar teoricamente algumas políticas públicas voltadas para a área da educação. Faremos um resgate do Plano Nacional de Educação (PNE), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Gestão Escolar e Conselho Escolar, e por fim o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

2.2 Plano Nacional de Educação (PNE)

A inspiração de novos ideais de educação gerou no Brasil, o movimento de reconstrução educacional. Um grupo de educadores da elite intelectual brasileira lança em 1932 o "*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*". Preocupados com os rumos da educação brasileira eles propunham a reconstrução educacional, "de grande alcance e de vastas proporções... um plano com sentido unitário e de bases científicas...". O documento teve grande repercussão e motivou uma campanha que resultou na inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934. O art.150 declarava ser competência da União "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País".

A educação vem ocupando lugar de destaque no cenário das políticas públicas. Ao longo do tempo muitas reformas foram ocorrendo, não cabe aqui discriminá-las. Durante o governo do presidente Lula o Brasil tem aumentado gradativamente o investimento em educação. Visto que, as políticas educacionais apresentam temas abrangentes, o nosso trabalho abordará as políticas educacionais a partir do PNE (2001).

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, aprovado pelo Congresso foi elaborado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, esse Plano previa, em suas disposições transitórias, formas de avaliação contínua e periódica. Em síntese, o Plano tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais e a democratização da gestão do ensino público, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou colegiados.

As prioridades pretendidas pelo PNE são:

1. *Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino.*

Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo. Prioridade de tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas.

2. *Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.* A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.

3. *Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino* – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior. Está prevista a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, quer na educação infantil, quer no ensino fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias. Para as demais séries e para os outros níveis, são definidas metas de ampliação dos percentuais de atendimento da respectiva faixa etária. A ampliação do atendimento, neste plano, significa maior acesso, ou seja, garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades das diferentes faixas etárias, assim como, nos níveis mais elevados, às necessidades da sociedade, no que se referem a lideranças científicas e tecnológicas, artísticas e culturais, políticas e intelectuais, empresariais e sindicais, além das demandas do mercado de trabalho. Faz parte dessa prioridade a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

4. *Valorização dos profissionais da educação.* Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a

garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

5. *Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino*, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

2.3 Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) traz novamente o debate educacional para a pauta nas discussões políticas e sociais do país.

Porém, esse plano não apresenta os pressupostos essenciais para alterar o padrão e a concepção educacional. Isso se deve a estrutura do Plano alicerçar-se num sistema de organização educacional, que se caracteriza pelo elevado grau de autonomia das três esferas de governo e pela descentralização das políticas educacionais. As ações são conjunturais e focalizadas. Na educação, por exemplo, o Plano visa resultados meritocráticos e obscuros. Em consequência disso, falta lhes a sistematização das políticas públicas com idéias e eixos de ações interligados às diversas áreas do Estado, visando atingir objetivos e resultados não apenas quantitativos, mas qualitativos; de rompimento paradigmático; de amplo desenvolvimento social e não apenas econômico.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) possibilita combinar os resultados de desempenho escolar obtidos na Prova Brasil com os resultados de rendimento escolar e o fluxo de alunos apurados pelo censo escolar. Esse cálculo, para o meu entendimento é bastante complexo. A maioria das ações do governo está atrelada a esse indicador em cada estado e/ou município. O Ministério da Educação afirma que:

... o PDE promove profunda alteração na avaliação da educação básica. Estabelece, inclusive, inéditas conexões entre avaliação, financiamento e gestão, que invocam conceito até agora ausente do nosso sistema educacional: a responsabilização e, como decorrência, a mobilização social. (Brasil, 2007, p.19)

No entanto, está tramitando no Congresso a implementação de um novo plano na educação, visto que alguns dos objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborados pelo legislativo, ainda não foram cumpridos, perdendo sua vigência em janeiro de

2011. O investimento na educação está muito aquém do ideal, os movimentos sociais e o Fórum em Defesa da Escola Pública têm a bandeira de elevar para 10% o percentual dos gastos públicos em relação ao PIB na educação. Mas essa reivindicação não sensibiliza os responsáveis pelo financiamento da educação.

A valorização dos trabalhadores em educação, por exemplo, é uma luta histórica dessa categoria, os salários são baixos, as condições de trabalho são péssimas. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB) precisam focalizar as metas do Plano Nacional de Educação e garantir: formação, carreira com piso salarial profissional nacional.

2.3.1 Documentos que fundamentam o PDE

1. UNICEF/MEC. Aprova Brasil: o direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil (junho de 2007).
2. BRASIL, Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. No Decreto constam os seguintes aspectos (o Plano de Metas é o Programa estratégico do PDE).
3. Conjunto de portarias, editais, resoluções, convênios, leis, decretos, portal do professor e demais legislação que institucionaliza cada um dos 41 programas que constam no PDE.
4. MEC. O Plano de desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.

O Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007 dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Programa estratégico do PDE). Esse Decreto apresenta os seguintes aspectos:

- ❖ Diretrizes que pautam o compromisso da União com os Municípios, o Distrito Federal e os Estados;
- ❖ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- ❖ Sobre a Adesão ao Compromisso;
- ❖ Da Assistência Técnica e Financeira da União

❖ Do Plano de Ações Articuladas (PAR)

O PDE surgiu com intuito de inovar os fundamentos políticos e administrativos à educação brasileira. Contudo, não são tão novos assim, pois estão relacionados com a política educacional implementada na década de 90, em diversos países da Europa e da América Latina. O fato de que o PDE está sustentado em decretos significa que ele está sustentado por um plano de governo, e não de Estado.

2.3.2 PDE- escola

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-ESCOLA) segundo o MEC é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. A escola receberá recursos através do plano de Ações Financiáveis que tem por objetivo auxiliar a escola na melhoria da aprendizagem dos alunos e, por conseguinte, o Índice de Desenvolvimento da Educação básica - IDEB da escola. É o conjunto de metas e ações selecionadas pela escola, a partir de seu Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, apresentado em formulários próprios e que subsidiará a liberação dos recursos do PDE-Escola. O financiamento tem por base o número de alunos do ensino fundamental, indicado no Censo Escolar realizado no ano anterior. A escola deverá distribuir esses recursos no Plano de Ações Financiáveis da seguinte forma: 40% (quarenta por cento) dos recursos destinam-se às despesas de capital e 60% (sessenta por cento) às despesas de custeio, conforme a seguinte distribuição:

As despesas de capital, ou custos de inversão, referem-se aos itens de grande durabilidade passíveis de serem tombados para o patrimônio do município ou do estado, conforme a vinculação administrativa da escola. As despesas de custeio, ou custos de manutenção, referem-se à aquisição de bens de consumo ou à contratação de serviços necessários à melhoria do desempenho da escola.

O público alvo do PDE-ESCOLA são as escolas públicas municipais e estaduais, consideradas prioritárias com base no IDEB de 2005:

IDEB até 2,7 para anos iniciais e até 2,8 para anos finais. Essas escolas já foram atendidas em 2008 e serão atendidas em 2009 com um 2º financiamento;

Escolas públicas municipais e estaduais, consideradas prioritárias com base no IDEB de 2007:

IDEB até 3,0 para anos iniciais e até 2,8 para anos finais;

Escolas públicas municipais e estaduais não-prioritárias, porém com IDEB de 2007 abaixo da média nacional:

IDEB abaixo de 4,2 para anos iniciais e abaixo de 3,8 para anos finais.

Assim, este trabalho pretende analisar as implicações e desafios da implantação do PDE-ESCOLA no contexto escolar, e quais as ações implantadas pela escola para atingir os objetivos propostos pelo plano. É importante salientar que a escola escolhida para análise apresentou o índice de 1,7 em 2005. O IDEB observado e as metas projetadas encontram-se no anexo I.

2.4 A política educacional articulada com a gestão escolar e Conselho Escolar.

O Conselho Escolar é um colegiado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escola. Com suporte na LDB, lei nº 9394/96 no Artigo 14, que trata dos princípios da Gestão Democrática no inciso II "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes", esses conselhos devem ser implementados para se ter uma gestão democrática. Porém, cabe perguntar se os Conselhos Escolares cumprem esse papel no contexto escolar.

Nessa perspectiva, colocamos em evidencia a seguir os artigos da lei nº 10.576 de 14 de novembro de 1995, alterada pela lei nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001 que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público e dá outras providências. Esses artigos tratam especificamente sobre os Conselhos Escolares.

Art. 40 - Os estabelecimentos de ensino estadual contarão com Conselhos Escolares constituídos pela direção da escola e representantes eleitos dos segmentos da comunidade escolar. (Redação dada pela Lei nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001)

Os princípios que norteiam a busca de uma educação de qualidade e voltada para o social devem estar presentes nas políticas públicas e também na gestão escolar que deve primar pela democracia, e fazer disso uma política de gestão.

Fraternidade, solidariedade, justiça social, respeito, bondade e emancipação humana, mais do que nunca, precisam ser assimilados e incorporados como consciência e compromisso da gestão democrática da educação – princípios que necessitam nortear as decisões a serem tomadas no sentido da humanização e da formação de todas as pessoas que vivem neste planeta. (FERREIRA, 2004. p 1243).

O Conselho Escolar é a instância máxima de decisão na escola e tem o importante papel de acompanhar junto à direção o gerenciamento dos recursos recebidos de programas governamentais, com intuito de atestar se estas se encontram em conformidade com as ações propostas. Participar ativamente da gestão escolar é obrigação dos Conselhos Escolares que são eleitos por suas bases para representá-los, pois segundo o artigo 41 da lei 10.576/94 o Conselho Escolar representa todos os seguimentos da comunidade escolar e têm função **consultiva, deliberativa e fiscalizadora**.

Nesse trabalho faremos uma síntese de como foi à atuação do Conselho Escolar durante os dois anos de implementação do PDE na Escola Estadual de Ensino Médio Rocha Vieira, no município de Dilermando de Aguiar, RS.

2.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante e as taxas de aprovação. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2021, correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Segundo o Ministério da Educação o IDEB é um instrumento para identificar as escolas que apresentam os menores índices de aprendizagem e medir o grau de fragilidade no desempenho dos alunos. Escolas com mais dificuldades necessitam de mais apoio financeiro e mais atenção dos órgãos competentes. O IDEB pretende ser um termômetro da qualidade da educação básica nas escolas brasileiras, combinando dois indicadores: fluxo escolar

(passagem dos alunos sem repetir, avaliado pelo Programa Educacenso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Provinha Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática). O Índice, construído a partir de dados recolhidos pretende aferir a qualidade da educação básica e estabelecer projeções para sua melhoria progressiva até o alcance da meta prevista para 2021.

Segundo Dermeval Saviani (2007), o fato de apenas considerar o resultado do rendimento do desempenho (português e matemática) e do fluxo escolar, aponta para a lógica que embasa a proposta do "compromisso Todos pela Educação" e pode ser traduzida numa espécie de "pedagogia dos resultados".

O IDEB calculado para o País, relativo aos anos iniciais do ensino fundamental, foi de 3,8, contra uma média estimada dos países desenvolvidos de 6, que passa a ser a meta estimada para 2021. O desafio consiste em alcançarmos o nível médio de desenvolvimento da educação básica dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). (BRASIL, 2007, p.2)

De fato, nos últimos anos, o Brasil vem melhorando sua posição econômica aos parâmetros internacionais, mas nos índices educacionais não apresentam aumento satisfatório; está muito distante do plano internacional. Segundo o MEC, os municípios apresentam carência de recursos financeiros e humanos e por isso a educação que oferecem é tão precária. Neste sentido o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica visa:

... identificar as redes e as escolas públicas mais frágeis a partir de critérios objetivos e obriga a União a dar respostas imediatas para os casos mais dramáticos ao organizar o repasse de transferências voluntárias com base em critérios substantivos, em substituição ao repasse com base em critérios subjetivos. (Brasil, 2007, p.23)

A liberação desses recursos é condicionada à elaboração, pela comunidade escolar, de um diagnóstico das dificuldades e de um plano de gestão com ações e metas capazes de mudar os baixos indicadores educacionais, com prazos para alcançá-las e com a previsão dos recursos necessários. Os recursos são transferidos através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, que prevê assistência financeira às escolas públicas, em caráter suplementar, para a cobertura de despesas de custeio e capital. No entanto, além de os recursos adicionais ainda serem condicionados à aprovação de plano de trabalho institucional, o PDDE prevê mais recursos para as escolas que melhorarem seu IDEB. Ou seja, essas escolas serão premiadas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), embora contemple elementos significativos, é deficiente, pois avalia apenas os conhecimentos em Língua Portuguesa. Para se obter resultados mais fidedignos, seria necessário observar o contexto escolar como, por exemplo: currículo, formação, salário, saúde e carreira dos profissionais, infra-estrutura e violência nas escolas, relação professor/aluno, e, fundamentalmente, se a gestão é democrática. Através da democratização da gestão, a comunidade escolar passa a desempenhar um papel mais compromissado. O comprometimento de todos é a garantia de uma gestão realmente democrática e participativa.

Nesse trabalho faremos uma análise do IDEB da Escola Estadual de Ensino Médio Rocha Vieira e quais as ações que foram implementadas pela escola para melhorar os índices propostos pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa qualitativa de cunho descritiva tem como principal foco as ações do PDE-ESCOLA que foram implementadas na Escola X nos anos de 2008/2009. Esse estudo baseou-se em documentos fornecidos pela escola, documentos disponíveis na página do MEC e a experiência de ter atuado como vice-diretora da escola e posteriormente na presidência do Conselho Escolar. Pretende-se com a conclusão deste trabalho contribuir nos debates e discussões de gestores, professores, estudantes, funcionários e a comunidade escolar em geral que têm interesse por esse tema. O levantamento de dados documentais deu-se na escola X, localizada na zona urbana do município de Dilermando de Aguiar, RS.

A escola X iniciou suas atividades como grupo escolar, localizado em Dilermando de Aguiar, distrito de Santa Maria, foi criado através do Decreto nº 163 de 23 de outubro de 1940 e instalado em 12 de novembro de 1940, no governo do presidente Getúlio Vargas; o ministro da educação da época era Gustavo Capanema. A inauguração do grupo escolar teve a presença do Secretário de educação Coelho de Sousa.

Segundo relatório do Grupo Escolar apresentado pela Srta. Lêda Oliveira da Rocha (1943) “A solenidade de inauguração fazia parte do programa dos festejos comemorativos do município de Santa Maria, da passagem do 3º aniversário do Estado Novo e 51º aniversário da República”. Nesse período o RS era governado por Osvaldo Cordeiro de Farias, interventor do estado.

Em 2010 a escola X conta com 314 alunos distribuídos em três turnos com Ensino Médio, Ensino Fundamental de nove anos, 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e alfabetização de adultos, mais ou menos 30 professores e 10 funcionários, Conselho Escolar e Circulo de Pais e Mestre (CPM).

A opção por esta escola deu-se, em razão desta ser participante do PDE e principalmente pelo fato de que sou parte integrante deste contexto. Visto que, trabalho nesta escola desde 1999 e tive o privilégio de atuar praticamente em todos os setores da escola: como funcionária, professora estagiária, vice-diretora e posteriormente na presidência do Conselho Escolar.

O levantamento de dados baseou-se nas observações feitas na escola nos anos de 2008/2009, na participação de reuniões pedagógicas, nas quais se estavam discutindo as ações

que seriam implementadas com os recursos do PDE e posteriormente análise do IDEB da escola. Os dados coletados foram reunidos a partir do primeiro ano que a escola recebeu verbas do PDE. Ou seja, 2008 e encerrou-se em dezembro de 2009.

Ao longo desse trabalho conheceremos as ações que foram implementadas em 2008 e também 2009 através da análise de como ocorreu o processo de execução das ações nesses dois anos, as ações desse plano se deram em dois momentos distintos:

1º momento: em 2008 uma equipe de três professores foi convidada pela direção da escola para estudar e elaborar um diagnóstico detalhado das condições da escola, exigência essa do MEC. Um trabalho muito difícil que exigiu horas de dedicação dos professores envolvidos, fora de seu horário de trabalho e sem subsídio suficientes para o grau de complexidade do estudo que precisaria ser feito. Fato este que causa resistência a muitos gestores em aderir esse plano.

2º momento: em 2009 a equipe responsável pela implementação das ações do PDE na escola se desfez, deixando a cargo da direção as novas ações. Em 2009 as ações teriam que ser feitas diretamente em um ambiente virtual – o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC). No decorrer do trabalho as ações 2008/2009 serão exemplificadas e anexadas no final.

A análise realizada pautou-se em dados concretos e da experiência práticas da implantação, execução e implicações das ações do PDE na Escola X do município de Dilermando de Aguiar, RS, pertencente a 8ª Coordenadoria de Educação.

3.1 Ações desenvolvidas na escola

A análise das ações do PDE desenvolvidas na escola faz parte da experiência vivenciada com a implantação deste plano no contexto escolar. Para que a escola recebesse verbas do PDE em 2008, foi preciso fazer um levantamento dos problemas considerados prioritários. Para isso, foi escolhida dentre os professores da escola uma comissão para fazer esse levantamento. Os três professores escolhidos fizeram um trabalho minucioso de pesquisa, para coletar os dados e enviá-los ao MEC. Os principais problemas a serem combatidos foram

os seguintes: a) desempenho dos alunos; b) gestão da escola; e c) qualificação técnico-gerencial da equipe escolar, descritos abaixo:

a) Desempenho

- Baixo desempenho nas disciplinas Português e Matemática. Sendo que a dificuldade em português teve reflexos nas outras disciplinas: história, geografia e ciências.

- O aluno não cumpre as tarefas regularmente. Não existe um acompanhamento dos pais.

- Rotatividade dos profissionais. A escola em questão tem difícil acesso, este fato faz com que a maioria dos professores vão pra lá em final de carreira e o que também contribui para essa rotatividade é o grande número de contratos temporários, é pertinente dizer que não há rotatividade no seguimento de funcionários.

- Falta de perspectiva do aluno. O município em que a escola se localiza não tem ofertas de vagas para emprego da população.

b) Gestão

- Biblioteca com atendimento precário. Não há profissional para trabalhar nesse setor.

- Necessidade de uma brinquedoteca, internet e pessoas capacitadas para trabalhar no laboratório de informática.

- Espaço físico precário.

- Poucos recursos pedagógicos.

c) Qualificação técnico-gerencial da equipe escolar

- Falta de profissionais como: orientador educacional, psicopedagogo, educador especial, bibliotecário (a).

- Falta bibliotecário para o atendimento dos alunos

Com base nesses dados os problemas que devem ser atacados prioritariamente são os seguintes:

- Poucos recursos pedagógicos.
- Baixo desempenho nas disciplinas Português e Matemática
- Reprovação
- O aluno não cumpre a tarefa de casa regularmente
- Rotatividade dos profissionais
- Alta taxa de abandono de 5ª a 8ª série
- Alta taxa de distorção idade-série de 1ª a 8ª série

Foi feito um diagnóstico sobre o desempenho dos alunos, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas ao final da 2ª série / 3º ano do Ensino Fundamental. A partir do diagnóstico do desempenho dos alunos, o corpo docente pretende trabalhar para a melhoria da educação na escola. Com base nos dados e informações levantadas, identificar os principais problemas que a escola pretende atacar, relacionando-os aos critérios de eficácia escolar. Mas, levando em conta a realidade dos alunos, do município, as condições sócio-culturais desse educando.

Acredita-se que este é um importante momento para discussão e troca de experiências sobre o processo de avaliação externa. Porém, neste contexto a avaliação externa não condiz com a realidade dos alunos do município, não leva em conta a realidade local em que a escola está inserida, é uma avaliação de um momento apenas, e os alunos de um modo geral não estão acostumados a responder questões de múltipla escolha. Conhecendo bem a realidade deste município entendemos que as questões que estão nas provas do Sistema de Avaliação Educacional Brasileiro (SAEB) são muito complexas para o nível dos alunos dessa escola, fora da realidade deles e a maioria não quer fazer a prova porque não vale nota.

Acreditamos que as mudanças são necessárias, contudo deverão contemplar as especificidades. A escola deve ser um espaço democrático, de construção de conhecimento e valorização do aluno. Para tanto devem ser repensadas as formas de acompanhamento para que não haja traumas nem interfiram na gestão democrática da escola. Partindo desse pressuposto a escola define como visão estratégica os seguintes pontos:

1) Valores

* Respeito: manter atitudes de respeito com toda a comunidade escolar.

* Igualdade: sempre tratando igualitariamente a todos (alunos, pais e colaboradores).

* Perseverança: reunir forças no enfrentamento dos problemas escolares.

2) Visão de Futuro

Sermos reconhecidos em nossa região pela qualidade de ensino que oferecemos

3) Missão

Assegurar um ensino de qualidade, com profissionais comprometidos, garantir o acesso e permanência do aluno na escola através de acompanhamento e monitoramento de seu desenvolvimento educacional, promover a participação ativa da comunidade através de órgãos colegiados, como por exemplo, Conselho Escolar e Circulo de Pais e Mestres (CPM) contribuindo para a formação integral dos alunos para que sejam agentes de transformação do seu meio.

4) Objetivos Estratégicos

* Elaborar a proposta pedagógica com a participação efetiva da comunidade escolar, fortalecendo assim, a relação escola/comunidade.

* Elevar o desempenho dos alunos.

No quadro a baixo está à síntese da auto-avaliação feita pela escola segundo orientações do MEC. É importante salientar que as orientações para aplicação do PDE na escola são muito vagas, não apresentam subsídios suficientes para implantar as ações na escola.

Problemas	Critério de eficácia escolar
Rotatividade de professores.	Gestão de pessoas.
Alta taxa de abandono de 5ª a 8ª série.	Resultados.
Baixo desempenho nas disciplinas de Português e de Matemática.	Resultados.
Poucos recursos pedagógicos.	Ensino e Aprendizagem.
Altas taxas de distorção idade-série.	Resultados.
Proposta pedagógica e o currículo não atendem as necessidades da comunidade escolar.	Ensino e Aprendizagem.
Pouca participação dos pais.	Pais e Comunidade.
Inexistência de uma equipe fixa para a supervisão escolar.	Gestão de Pessoas.

Para cada problema identificado na auto-avaliação, a escola identifica as causas prováveis e as principais ações que a escola pretende executar com base na análise efetuada, podemos ver no quadro a seguir

Problemas	Causas prováveis	Principais ações
Altas taxas de evasão, distorção idade-série e repetência.	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de qualificação e formação continuada para professores - Dificuldade de aprendizagem - Falta de estrutura familiar 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parcerias entre família, poder público e escola. - Melhorar o ambiente escolar. - Alinhar o currículo escolar com a realidade dos alunos.
Inexistência de uma equipe fixa para a supervisão escolar.	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de gestão da coordenação de ensino. - Falta de incentivo ao profissional desta área. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um projeto pedagógico que dê suporte a formação de uma equipe fixa para a supervisão.

Ações de 2008

O repasse de verbas do PDE veio dividido em 70% para custeio e 30% para capital. A comissão responsável pelas ações fez uma pesquisa nos diferentes setores da escola para saber quais as necessidades mais urgentes a serem combatidas. Após o levantamento decidiram pelas ações prioritárias e levariam para o Conselho Escolar aprovar, posteriormente.

Os valores recebidos pela escola foram investidos em materiais lúdicos e pedagógicos, consertos e instalação de ventiladores, a aquisição de um data show e um ar condicionado O

detalhamento das ações encontra-se no anexo B, no final deste trabalho. Não divulgaremos os valores recebidos pela escola, e também o nome das pessoas responsáveis pelas ações, com intuito de preservá-las, pois entendemos que a nossa análise é sobre a implementação das ações.

É pertinente relatar que 2008 foi um ano em que houve muitos confrontos dos educadores com o governo do estado. A governadora Yeda Crusius para cumprir um acordo com Banco Mundial e através da Agenda 2020 pretendia mexer nos planos de carreira dos professores e funcionários. Mesmo com a intransigência da Secretária de Educação Mariza Abreu não tiveram sucesso, pois enfrentaram a resistência dos educadores, com mobilizações e até mesmo com greve no final do ano. Saliento a força do CPERS/Sindicato, que ao longo de décadas vem lutando para manter os direitos dos trabalhadores em educação.

Além das ações do PDE a escola recebeu computadores novos e uma antena da GESAC com acesso a internet. Esse programa do Governo Federal é uma parceria do Ministério das Comunicações e MEC/Proinfo, que visa levar o acesso a internet não só aos alunos, mas também a comunidade em geral. A biblioteca da escola recebeu novas obras literárias, dicionários e livros didáticos.

Enfim, o laboratório de informática e a biblioteca ficaram bem equipados, com materiais de ótima qualidade. Porém, não há profissionais especializados para prestar atendimento nesses setores, e sem o contingente humano nenhum setor funciona.

A escola em 2008 também foi contemplada pelo governo do estado com a construção de uma sala para brinquedoteca. Uma antiga reivindicação dos professores que atuam nas séries iniciais. Os brinquedos lúdicos e pedagógicos foram adquiridos através do PDE.

Ações de 2009

Em janeiro de 2009 a direção me convidou para assumir a vice-direção e ajudá-la a administrar a escola, pois as vice-diretoras estavam em licença. Mesmo sabendo que não seria nada fácil, pois ainda não tinha nenhum conhecimento de gestão, teria que enfrentar o preconceito de alguns colegas por ser funcionária e também por ser um ano eleitoral para as direções de escola. No entanto, aceitei o desafio.

A equipe responsável pelas ações do PDE/ 2008 se desfez, deixando a cargo da direção as novas ações a serem planejadas, implantadas e executadas. No cargo de vice-diretora da escola ajudei a direção em mais essa tarefa, pois a equipe que se desfez não foi substituída, por falta de voluntários.

Enfim, para decidir o destino da verba do PDE/2009 foi realizada uma reunião no início do ano, com professores e funcionários. Decidimos em conjunto quais as ações do plano a serem implementadas. As reivindicações dos colegas foram: a compra de uma máquina de Xerox, uma maquina fotográfica digital, uma impressora e também, melhorias na infraestrutura na escola.

É importante salientar que nesse mesmo ano ingressei no curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM. Os conhecimentos adquiridos neste curso serviram como importante suporte para a atuação na gestão da escola. Os desafios da gestão escolar foram muitos, dentre eles destaca-se o governo do estado com políticas de “qualidade total”. Ou seja, um modelo empresarial querendo se instalar nas escolas. O Plano de ações do PDE implementados em 2008/2009 pela escola encontram-se nos anexos B e C deste trabalho.

Por fim, fui escolhida presidente do Conselho, é pertinente esclarecer que a escola ainda sofria os traumas da greve do final do ano de 2008. Partindo desse pressuposto e visto que, em 2009 teria eleição para a direção da escola já sabíamos que enfrentaríamos um ano bastante tumultuado.

Todavia, as experiências que tivemos serviram para reflexão sobre as políticas educacionais implantadas pelos governos, tanto a nível federal quanto estadual, as relações de poder na escola, a importância do coletivo e da união no ambiente escolar. Ou seja, as dificuldades nos fazem amadurecer e entender que não basta boa vontade para que as coisas aconteçam.

Refletir sobre a importância da participação da comunidade na escola, com atenção especial a maneira que se dá esse processo democrático, não tão democrático assim. Ou seja, “mascarado”.

Refletir qual o papel dos trabalhadores em educação na construção de uma escola mais democrática e participativa.

E por fim, refletir sobre o sistema educacional, as políticas públicas e a gestão democrática em nosso país.

A seguir, o quadro a baixo apresenta como o Conselho Escolar da escola Rocha Vieira 2009/2010 está constituído. Podemos observar que faltam alunos para suplência, devido ao fato da maioria dos alunos que estudam nesta escola serem do interior do município, dificultando a participação e também demonstra o pouco interesse que os alunos têm pela participação na escola. O Conselho conta com 9 membros titulares e 7 suplentes.

	TITULAR	SUPLENTE
DIREÇÃO	1	1
PROFESSORES	2	2
FUNCIONÁRIOS	2	2
ALUNOS	2	-
PAIS	2	2

Para concluir, faremos uma avaliação do papel do Conselho Escolar nesse contexto e qual a participação desse colegiado em relação ao planejamento e execução das ações do PDE. Para isso, é preciso entender como se organiza o Conselho Escolar.

O mandato dos Conselhos Escolares tem duração de 2 anos, sendo escolhidos representantes dentre os diferentes segmentos constituintes na escola através de chapas ou por seguimentos separados, depois de eleitos os Conselheiros escolhem entre si o presidente, vice-presidente e secretário, é bom lembrar que a direção da escola é membro nato. Portanto, está sempre presente nas reuniões, ficando impedida de participar apenas quando se tratar de irregularidade em relação a ela. Nesse contexto, a maioria dos conselheiros se sente intimidados a votarem qualquer questão, na qual, a direção não esteja de acordo. A pouca atuação do Conselho Escolar em geral esbarra na falta de conhecimento da importância que

este colegiado tem, seria preciso uma política de formação para os Conselheiros eleitos. Visto que, é uma das metas do PNE fortalecer os colegiados.

O papel do Conselho Escolar é segundo a Lei de Gestão Democrática: consultivo, deliberativo e fiscalizador. Entretanto, na prática não funciona assim, o colegiado não conhece a força que tem. As dificuldades começam até mesmo para decidir os horários e o local para as reuniões. As ações do PDE em nossa escola foram acompanhadas e fiscalizadas pelo Conselho Escolar, mas a participação mais efetiva foi do segmento dos professores, funcionários e direção da escola. O segmento de pais e alunos participou com algumas sugestões e na aprovação do plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise feita da implementação do PDE na escola no ano de 2008/2009 e a vivência no dia a dia da escola fez desse estudo uma prática educativa. Para trabalhar esse tema foi preciso um resgate histórico das políticas públicas da educação. Participar da gestão escolar neste período foi um grande desafio e também um enorme aprendizado. Todos os trabalhadores em educação deveriam passar pela experiência de serem gestores, os conflitos vividos dentro do ambiente escolar é subsídio para uma tese de mestrado certamente.

Através de nossa análise pode-se afirmar que um dos pontos importantes para a educação pública é o pressuposto de que a participação da comunidade escolar pode tornar realidades às metas do PDE, bem como consolidá-lo como política de Estado e não de governo. Pois a política de Estado é uma tomada de consciência da classe política e da sociedade de tal modo que mesmo mudando o governo a idéia não é abandonada nem tem seus princípios distorcidos e a política de governo permanece enquanto esse governo estiver no poder. Ou seja, decisões tomadas unilateralmente por um governo em determinado período. E, neste sentido, caberá ao conjunto da sociedade, ou seja, direção, professores, funcionários, pais e alunos assumirem a tarefa de reordenar o PDE na perspectiva de relacioná-lo, cada vez mais, aos anseios reais da escola pública e às metas do Plano Nacional de Educação.

O processo avaliativo é importante para diagnosticar os problemas que impedem a melhoria da qualidade do ensino, deve servir como termômetro para os gestores e a comunidade escolar terem ciência do grau de aprendizado dos alunos. Porém, ao restringir elementos de avaliação com os conceitos de qualidade na educação, qualquer processo avaliativo mostrar-se-á limitado e com resultados duvidosos. Um exemplo clássico refere-se às avaliações de alunos, predominantemente quantitativas, que não consideram o conjunto de saberes, habilidades e valores construídos no ambiente escolar e trazidos de casa pelos alunos.

O IDEB não aborda questões cruciais capazes de aferir com maior eficácia os níveis de qualidade no ensino. Para tanto, seria necessário observar outros conceitos como currículo, formação, salário, saúde e carreira dos profissionais, infra-estrutura e violência nas escolas, relação professor/aluno, e, fundamentalmente, a gestão democrática. Através da democratização da gestão, os atores escolares ganham destaque e passam a desempenhar papel mais compromissado com a melhoria da qualidade do ensino.

Nesse aspecto o PDE não avançou. As ações implementadas pela escola não tiveram a participação efetiva da comunidade escolar, esse fato se deu por várias razões, citaremos algumas que consideramos mais relevantes:

- A maioria dos alunos é do interior do município, os pais não costumam vir à escola
- O Planejamento das ações depende de tempo disponível, a maioria dos professores não moram no município e muitos ainda lecionam em outras escolas.
- A carga horária exige demais do professor, sem falar nos cadernos de chamada que são levados para casa, sem direito a hora extra.
- Os funcionários não se envolvem em questões pedagógicas ou administrativas, com raras exceções.

No entanto, a gestão democrática não depende só de quem administra. Para alcançarmos esse patamar de gestão é necessário o envolvimento de todos. Essa falta de envolvimento é a resposta a uma gestão centralizadora, autoritária e antidemocrática. O papel da sociedade será decisivo nesse momento, a fim de alertar para a necessidade de serem alocadas novas fontes de recursos para a educação, Os espaços vazios da educação estão muito ligados à falta de recursos. E somente diminuindo as desigualdades sociais é que conseguiremos criar efetivas condições de equidade em nosso país. Para isso, é preciso mobilização social na busca de uma sociedade mais igualitária, distribuição de renda, mais investimento na educação básica. Nesse sentido, ainda precisamos avançar muito na busca de políticas públicas voltadas para o social e primar pela participação e fiscalização consciente da comunidade escolar.

Portanto, conclui-se que o PDE não é propriamente um plano e sim, um programa de governo, com ações e estratégias para alcançar metas e objetivos. Segundo Saviane (2007) o PDE não parte do diagnóstico, das diretrizes, e dos objetivos e metas que constitui o PNE. Sendo que suas ações não se articulam entre si. Visto que, as ações independem umas das outras, deixando-as fragmentadas. Isto, não acontece com o IDEB, que se apresenta como eixo norteador do programa. Para Saviane O PDE pode ser considerado uma resposta do governo a sociedade no que diz respeito aos graves problemas da qualidade de ensino na escola pública. A iniciativa é válida, diz Saviane, já que o governo procura centrar o foco na qualidade construindo instrumentos de aferição do nível de eficácia do ensino (caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB). Mas, segundo ele, o Plano apresenta

deficiências graves nas questões centrais do financiamento e do magistério. A base de sustentação financeira do Plano é o FUNDEB, que, entretanto, não significou aumento dos recursos.

Dermeval Saviane em entrevista ao jornal folha de São Paulo em 26/04/07 ressalta que o PDE está embasado numa lógica de mercado contemplada, por exemplo, na “pedagogia das competências” e que os PCNs já acenavam nessa direção. Embora o MEC esteja procurando atacar questões básicas relativas à qualidade do ensino que vieram da administração de Fernando Henrique, a lógica de base não foi alterada, mesmo porque ela decorre de uma política econômica que o governo Lula continuou. Tanto assim que o PDE foi proposto em sintonia com o grupo de empresários que lançou, em setembro de 2006, o Compromisso Todos pela Educação. Portanto, ainda que os PCNs não integrem o conjunto dos recursos de política educativa do atual ministro, a lógica deles é a mesma que sustenta o PDE.

Na Décima primeira conferência do Curso Cidadania e Direito à Educação, organizado pela Ação Educativa, em 22/05/2010 a doutora em educação pela PUC-SP e coordenadora de programas da Ação Educativa, Vera Masagão Ribeiro apresentou a conferência **O debate atual sobre qualidade do ensino, avaliação e indicadores educacionais**. Segundo Vera “abrir mão de avaliar é negar o direito à educação. No entanto, a avaliação, que é parte de um processo, tem se tornado a política em si”.

Afirma Vera que “existe um abismo entre a prática cotidiana pedagógica e a medição do gestor”. A provinha Brasil, uma avaliação de crianças de segunda série do ensino fundamental sobre a alfabetização, é outro exemplo de ênfase nos resultados e na crença de que a própria avaliação seria capaz de resolver todos os problemas educacionais. Para Vera Masagão a formação do professor é a chave para uma boa avaliação. Diz Masagão: “Se o professor não sabe alfabetizar, precisa ser formado. Como a prova pode ajudar? É necessário formação para que professor saiba alfabetizar e avaliar, se seus alunos estão alfabetizados ou não”.

Em síntese, segundo ela seria preciso criar avaliações em âmbito escolar, que envolvesse toda a comunidade inserida no processo educativo. Enfim, avaliações que conseguissem detectar irregularidades na própria escola, onde poderiam ser formuladas políticas públicas capazes de enfrentar situações diagnosticadas a partir da avaliação. Vera Masagão diz ainda: “É preciso que diretores, professores, funcionários, pais e alunos se

sintam formuladores de políticas públicas, e não apenas implementadores de políticas que outras instâncias formularam”.

Em fim, partindo desse pressuposto e das análises que fizemos ao longo do processo de implementação do PDE-ESCOLA chegamos à conclusão que as ações para a melhoria da qualidade do ensino, devem ser pensadas coletivamente, levando em consideração as diferentes realidades: culturais, étnicas, sociais e geográficas. Todavia, o Plano de Desenvolvimento da Educação apresenta pontos positivos e negativos. Sendo que na escola analisada apresentou como pontos positivos: a melhoria na infra-estrutura e como pontos negativos: falha na formação e qualificação dos educadores. No entanto, a escola superou as metas projetadas pelo IDEB como poderemos ver no anexo A. Entretanto, entendemos que se tivesse sido pensado na formação, qualificação e valorização do professor e funcionário a escola teria um salto na qualidade. Não é possível pensar em melhorar a educação sem investimento nos educadores. Não podemos negar que a melhoria na infra-estrutura da escola faz com que o ambiente educacional seja mais agradável, mais acolhedor, o aluno precisa sentir que a escola é prazerosa, mas isso não é tudo.

Para concluir, precisamos avançar muito nas políticas educacionais, um novo PNE está tramitando no Congresso, o momento é propício para refletirmos quais as metas que o Plano Nacional de Educação não conseguiu atingir e também como podemos agir coletivamente para cobrarmos a melhoria da educação brasileira num sentido amplo e com a participação consciente de todos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. (Org.). **A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo.** Manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Nacional, 1932.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.094 de 24 abril de 2007 que dispõe sobre a implementação do **Plano de Metas Compromissos Todos pela educação.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/At02007-20IOI2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 25/5/2010.

BRASIL. **Lei 10.172**, de 09/01/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretária de Educação Fundamental** – Brasília: MEC/SEF, 1997

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação.** In: *Educação: um tesouro a descobrir.* São Paulo: Cortez, 1998. p. 89-102.

FERREIRA, N.S.C. **Repensando e Ressignificando a Gestão Democrática Da Educação Na “Cultura Globalizada.** Revista *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional** 3.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Série: Caderno de Gestão

NASCIMENTO, C.G. **Plano de desenvolvimento da educação do Brasil.** Adital, 2007. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site>. Acesso em 2/09/2010.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação brasileira. A organização escolar,** 20 ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007b.

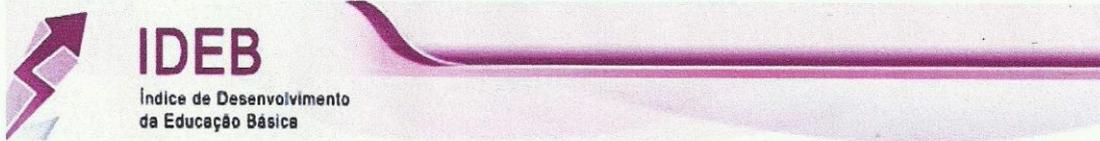
SAVIANI, D. **O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC.** In: *Educação e Sociedade*, v.28, n.l 00, Out.2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 06/10/2010.

SAVIANI, D. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (coleção Polêmicas do nosso tempo, 99).

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos**. Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta, Brasília, 2008.

UNICEF. MEC. **Aprova Brasil. O direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela prova Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/>

ANEXOS



IDEB - Resultados e Metas

Nota Técnica

Parâmetros da Pesquisa

Resultado:

Escola

UF:

RS

Indicador:

Ideb

Rede de ensino:

Estadual

Série / Ano:

Todas

4ª série / 5º ano

8ª série / 9º ano

Escola ↕	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
ESC EST ENS MED ROCHA VIEIRA	1.7	3.1	2.5	1.9	2.4	2.9	3.1	3.4	3.7	4.0	4.3

Pesquisar Novamente

PLANO DE SUPORTE ESTRATÉGICO - PLANO DE AÇÃO DESDOBRAMENTO DAS METAS EM PLANO DE AÇÃO 2008

Objetivo Estratégico: Elaborar a Proposta Pedagógica fortalecendo a relação escola/comunidade.

Líder do Objetivo: Diretora

Estratégia: Melhoria da qualidade da prática de ensino e do ambiente escolar

Metas: Reduzir as taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série.

Indicador da Meta: As altas taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série.

Gerente do Plano de Ação: Uma Professora (da comissão)

Início: 10/03/2008

Término: 23/12/2008

AMOSTRA DE PLANO DE AÇÃO – 2008

	Ação	Período		Respon- sável	Resultado Esperado	Indicador	Capi- tal	Custeio	Quem Financia
		Início	Término						
1	Realizar diagnóstico da realidade escolar.	31/03	11/04	Professor	Avaliação, Diagnóstica realizada	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos que foram avaliados}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos a serem avaliados}} \times 100$			
2	Pesquisa com professores e funcionários	14/04	15/05	Professor	Pesquisa realizada	Questionário			
3	Adquirir brinquedos lúdicos e pedagógicos	2/06	2/06	1 Professor	Brinquedos adquiridos	Nota Fiscal		X	PAF/ PDE
4	Consertar e instalar ventiladores	09/06	3/06	1 Professor	Ventiladores consertados e instalados	Contrato da prestação de Serviço		X	PAF/ PDE
5	Adquirir um data show para apresentação de trabalhos didáticos e pedagógicos.	2/06	2/06	1 Professor	Data show adquirido	Nota Fiscal	X		PAF/ PDE
6	Adquirir um ar condicionado p/sala de informática	12/06	2/06	1 Professor	Ar condicionado adquirido	Nota Fiscal	X		PAF/ PDE
7	Exposição para a Comunidade	16/06	6/06	1 Equipe diretiva	Exposição realizada	Ata			

PLANO DE SUPORTE ESTRATÉGICO – PLANO DE AÇÃO DESDOBRAMENTO DAS METAS EM PLANO DE AÇÃO

Objetivo Estratégico: Motivar e despertar o interesse dos alunos e melhorar a infraestrutura da escola

Líder do Objetivo: Diretor

Estratégia: Investir em equipamentos didáticos e permanentes

Metas: Motivar os alunos, elevar o rendimento e melhorar o ambiente escolar

Indicador da Meta: Proporcionar atividades para motivar e elevar o rendimento dos alunos

Gerente do Plano de Ação: Vice-Diretora

Início: 16/03/2009

Término: 23/12/2009

AMOSTRA DO PLANO DE AÇÃO 2009

	Descrição	início	Termino	Respon-sável	Resultado Esperado	Indica-dor	Capital	Custeio	Quem Financia	Tipo de Pro-grama	Cate-goria
1	Reunião c/Professores e funcionários	18/03	18/03	Equipe diretiva	Reunião realizada	Ata					
2	Apresentação p/ comunidade escolar	3/04	3/04	Equipe diretiva	Apresentação realizada	Ata					
3	Comprar uma máquina de Xerox	5/05	15/05	Vice-direção	Máquina de Xerox comprada	Nota fiscal	X		PAF	PDE ESCOLA	2.2 Maquina e equipamento
4	Adquirir uma máquina fotográfica digital e uma impressora	8/05	18/05	Diretora	Máquina Fotográfica e impressora adquiridas	Nota fiscal	X		PAF	PDE ESCOLA	2.2 Maquina e quipamento
5	Trocar a rede elétrica e instalar computadores	9/06	13/06	Diretora	Rede elétrica trocada e Computadores instalados	Contrato de prestação de serviço		X			1.13 Contra-tação de serviço de informática e pequenos reparos